



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO
ACRE
PODER JUDICIÁRIO**

**RECIBO DO PROTOCOLO
PETICIONAMENTO INTERMEDIARIA - PRIMEIRO GRAU**

Dados Básicos

Foro:	Rio Branco
Processo:	07088283920208010001
Classe do Processo:	Contestação
Data/Hora:	12/01/2021 08:32:05

Partes

Solicitante:	Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT S/A
--------------	--

Documentos

Petição:	2776487_CONTESTACAO_0 1 - 1-11.pdf
Anexo - Petição:	2776487_CONTESTACAO_A nexo_02 - 1-21.pdf
Anexo - Petição:	2776487_CONTESTACAO_A nexo_02 - 22-24.pdf
Anexo - Petição:	KIT SEGURADORA LÍDER - 1-12.pdf
Anexo - Petição:	KIT SEGURADORA LÍDER - 13-20.pdf

Nota: Alguns dos documentos peticionados foram segmentados para manter o padrão de tamanho definido pelo Tribunal.



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RIO BRANCO/AC

Processo: 07088283920208010001

AUSÊNCIA DE COBERTURA

SÚMULA 474 STJ: "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau de invalidez."

SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, inscrita no CNPJ sob nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado por seus advogados que esta subscrevem nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT**, que lhe promove **WILSON LIMA DA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem, *mui* respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar

CONTESTAÇÃO

Consoante às razões de fato e de direito que passa a expor

BREVE SÍNTESE DA DEMANDA

Alega a parte Autora em sua peça vestibular que foi vítima de acidente automobilístico na data de **24/11/2017**, restando permanentemente inválida.

Destaca-se que a parte apenas procedeu com o registro na Delegacia de Polícia na data **18/01/2019**.

Após análise detida dos documentos apresentados, verificou-se a ausência de cobertura, vez que a parte autora **não restou inválida**, pressuposto necessário para o pagamento da indenização pleiteada.

Portanto, em que pese o requerimento da indenização na via administrativa, houve a NEGATIVA da Seguradora responsável pela regulação, haja vista, a ausência de sequelas.

A pretensão esposada na inicial não merece prosperar, visto que sua argumentação afigura-se totalmente contrária à orientação jurisprudencial traçada pelo Superior Tribunal de Justiça, bem como preceitua a legislação vigente sobre o DPVAT. É o que se demonstrará em seguida.

DO DESINTERESSE NA REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA PRELIMINAR DE CONCILIAÇÃO

A parte Autora sustenta que encontra-se inválida permanentemente devido as supostas lesões sofridas decorrentes de acidente de trânsito.

Acontece Exa., que toda documentação médica apresentada aos autos não corrobora com o alegado, pelo contrário comprova cabalmente que NÃO HÁ INVALIDEZ e/ou DEBILIDADE PERMANENTE, OU SEJA, NÃO HÁ COBERTURA DO SEGURO DPVAT.

Assim, a parte Autora, deixou de comprovar de maneira precisa que é portador de invalidez permanente, não fazendo jus à indenização referente ao Seguro Obrigatório DPVAT, desse modo, informa que não há interesse na realização da audiência preliminar de conciliação e visto não haver meios comprobatórios do alegado, devendo a demanda ser julgada improcedente, em consonância com o disposto no artigo 487, inciso I do Código de Processo Civil.

DO MÉRITO

DA VALIDADE DO REGISTRO DE OCORRÊNCIA

Verifica-se Nobre Magistrado que o boletim de ocorrência policial acostado aos autos, trata-se de mera certidão, a qual foi comunicada pelo próprio autor, documento este produzido unilateralmente, a conveniência do interessado, assim, não tem validade alguma para a presente lide.

Há de ser considerado que o boletim de ocorrência policial anexo aos autos, somente foi registrado apenas em 18/01/2019 após 02 ANOS E 01 MES da data do alegado acidente noticiado.

Ademais, o boletim de ocorrência policial foi relatado pelo próprio autor a sua conveniência, sem testemunhas, e sem a presença da autoridade competente no local.

Em análise ao presente feito, verifica-se com estranheza que não foi apresentado Boletim de Ocorrência da data do sinistro supostamente ocorrido em 24/11/2017, não podendo ser considerado o registro de ocorrência policial apresentado como prova cabal do acidente noticiado nesta demanda.

Destarte, cabe alertar ao Nobre Julgador que, além de não ter sido apresentado o Registro de ocorrência da época do acidente, o comunicante CONVENIENTEMENTE É A VÍTIMA E AUTOR da presente lide o que causa grande espanto!

Ressalta-se ainda o fato de que além de a vítima ser comunicante do suposto acidente, foi elaborado através dos fatos narrados pelo mesmo de forma unilateral, sem que nenhuma testemunha ou outro vitimado prestassem depoimento.

Não há justificativa para delonga tão grande, qualquer parente, amigo do autor, poderia ter comunicado o acidente a época do sinistro na delegacia competente.

No caso em apreço, exigir da ré o pagamento da indenização sem a existência de comprovação da veracidade do acidente, descaracteriza a atividade definida como seguro. Essa prova documental incumbe à parte Autoral, em razão de ser constitutiva do seu direito, de conformidade com o que estabelece o art. 373, I, do NCPC/15.

Desta forma a Ré requer a IMPROCEDENCIA TOTAL do pedido inicial, com fulcro nos artigos 487, I, do NCPC/15.

DA AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML QUANTIFICANDO A LESÃO - ÔNUS DA PROVA DO AUTOR

Pode-se observar que a parte autora não apresentou qualquer documento conclusivo no que tange ao direito de receber a íntegra do teto indenizatório no que se refere à invalidez de caráter permanente, vez que não trouxe aos autos laudo do IML que atenda o disposto no Art. 5º § 5º da Lei 6.194/74, documento imprescindível para que se estabeleça o grau de limitação do membro afetado, a fim de quantificar da indenização.

Com efeito, a parte Autora deixou de juntar aos autos o Laudo do Instituto Médico Legal, furtando-se de provar o percentual de invalidez e o grau de redução funcional do membro supostamente afetado, em inobservância ao art. 373, I, CPC¹.

Logo, tendo a parte autora deixado de comprovar suas alegações, impõe-se a improcedência total dos pedidos Autorais.

Caso este não seja o entendimento deste Douto Juízo, prossegue a Ré em suas argumentações apenas por amor ao debate.

DO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO

DA INEXISTÊNCIA DE INVALIDEZ PERMANENTE

É incontroverso que a parte autora não apresentou qualquer documento conclusivo no que tange ao direito de receber o Seguro Obrigatório DPVAT no que se refere à cobertura de invalidez permanente, uma vez que o próprio laudo médico acostado nos autos pelo autor constata a ausência de lesões de caráter permanente.

Verifica-se, outrossim, que a parte autora ingressou com o requerimento administrativo, o qual foi negado pela Seguradora Reguladora, ante a ausência de lesões indenizáveis.

Frisa-se que nem todas as lesões ocasionadas por acidente automotor são passíveis de indenização, pois para caracterizar invalidez permanente passível de indenização imprescindível que haja perda definitiva ou redução da funcionalidade de um membro ou órgão, ou seja, quando a recuperação ou reabilitação da área afetada é dada como inviável, ao fim do tratamento médico.

Deste modo, a Lei 6194/74 considera invalidez permanente quando a funcionalidade do órgão ou membro é afetada integralmente ou em parte. Por essa razão, lesões meramente estéticas, temporárias, ou que de qualquer forma não venham acarretar comprometimento de órgão ou função, não serão passíveis de indenização. E é exatamente o caso dos autos.

¹“APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. AUSÊNCIA DE PROVA DA INVALIDEZ PERMANENTE. LAUDO INDIRETO DO IML. INSUFICIÊNCIA. ÔNUS DA PROVA DO AUTOR. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. 1 - O pagamento de indenização com base no seguro obrigatório se restringe às hipóteses de morte da vítima ou de invalidez permanente, ainda que parcial, além da possibilidade de reembolso por despesas médicas que se fizerem necessárias em razão do acidente. 2 - Não se desincumbindo o Autor do ônus de comprovar a invalidez permanente decorrente de acidente automobilístico, conforme exigem os artigos 5º da Lei 6.194/74 e 333, I, do Código de Processo Civil, deve ser julgado improcedente o pleito indenizatório.” (TJ-MG - AC: 10342120045667001 MG, Relator: José Marcos Vieira, Data de Julgamento: 13/03/2014, Câmaras Cíveis / 16ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 24/03/2014)

Em análise ao processo administrativo e aos documentos médicos juntados pela própria parte autora, conclui-se que o acidente ocasionou ao autor lesões que não acarretaram incapacidade funcional ou para realização de atividades ordinárias, portanto, não são passíveis de indenização.

Assim, verificada a inexistência de invalidez permanente, deverá o pedido autoral ser julgado IMPROCEDENTE, nos termos do art. 487, I, CPC.

DA AUSÊNCIA DE COBERTURA

O seguro obrigatório DPVAT é regido pela Lei n.º 6.194/74, tendo sido alterada pela Lei n.º 11.945/09, e discute matéria referente à modalidade de seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não.

Assim, temos que o seguro DPVAT dá cobertura apenas às indenizações ocasionadas por morte, invalidez e reembolso de despesas de assistências médicas e suplementares, não tendo abrangência sobre qualquer outra indenização que não seja as especificadas na letra da lei.

Verifica-se, porém, que as provas produzidas nos autos, demonstram e comprovam o contrário do que alega o Autor, o **LAUDOS MÉDICOS** atestam que a lesão apresentada é apenas temporária/recuperável, o que, por certo, não pode ser considerada INVALIDEZ, não havendo previsão de cobertura pela Lei do DPVAT.

Vale ressaltar que o convenio/seguradoras é responsável apenas pelo pagamento das indenizações dispostas na Lei 11.945/09, não podendo ter interpretação extensiva a pretensões de cunho particular por parte do Autor, que não tenham qualquer ligação com a matéria em questão.

Conclui-se assim ser impossível juridicamente o pedido do Autor, e, por ser impossível juridicamente o pedido, requer que a presente demanda seja julgada **IMPROCEDENTE**.

DA APLICABILIDADE DA SÚMULA 474 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Com advento da Medida Provisória nº 451/08, convertida na Lei nº 11.945/2009, estabeleceu-se percentuais indenizatórios aos danos corporais, subdividindo-os em totais e parciais, de modo que se impõe a graduação da lesão para fins indenizatórios.

Em continuidade, tem-se a aludida Lei prevê graus diferenciados de invalidez permanente, classificando-a em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, o que de certo deverá ser observado por esse Nobre Magistrado.

A referida inovação legal trouxe a figura da invalidez parcial incompleta. Portanto, para dirimir o percentual indenizável no caso concreto, é imprescindível a realização de prova pericial, ocasião em que se verificará se a lesão suportada pela parte autora é parcial incompleta, apontando sua respectiva repercussão geral².

No mesmo sentido, o Superior Tribunal de justiça editou a Súmula 474 pacificando o entendimento que no caso de invalidez a indenização do Seguro Obrigatório DPVAT deverá ser paga em conformidade com o grau da invalidez da vítima³.

²RECURSO CÍVEL. SEGURO DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO. i) EM CASO DE INVALIDEZ PARCIAL, O PAGAMENTO DO SEGURO DPVAT DEVE, POR IGUAL, OBSERVAR A RESPECTIVA PROPORCIONALIDADE. É VÁLIDA A UTILIZAÇÃO DE TABELA PARA REDUÇÃO PROPORCIONAL DA INDENIZAÇÃO A SER PAGA POR SEGURO DPVAT, EM SITUAÇÕES DE INVALIDEZ PARCIAL, AINDA QUE O ACIDENTE TENHA OCORRIDO ANTES DA LEI N.º 11.945/09. ii) INDENIZAÇÃO INDEVIDA. HIPÓTESE EM QUE A PARTE AUTORA NÃO FAZ JUS À COMPLEMENTAÇÃO DA INDENIZAÇÃO, POIS NÃO HOUE A DEMONSTRAÇÃO DE QUE A LESÃO SOFRIDA TENHA SIDO DE MAIOR GRAVIDADE DO QUE A INDENIZADA ADMINISTRATIVAMENTE. iii) APLICAÇÃO DA SÚMULA 474 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez. iv) RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.

Frisa-se que a Suprema Corte firmou posicionamento sobre a constitucionalidade da inovação legal trazida originariamente pela MP 451/08, conforme se verifica no julgamento da ADI 4627/DF.

Assim, para se chegar ao valor indenizável devido, na hipótese de invalidez parcial incompleta, devem ser observadas duas etapas:

Identifica-se o tipo de dano corporal segmentar na Tabela, aplicando-se o respectivo percentual de perda; e

Sobre o valor encontrado, aplica-se os percentuais de acordo com o grau de repercussão: intensa – 75%; média – 50%; leve – 25%; e sequela residual – 10%.

Evidente, pois, inexistir qualquer direito de indenização integral a parte Autora, devendo ser respeitada a proporcionalidade do grau de invalidez.

Sendo assim, na hipótese de condenação da seguradora, o valor indenizatório deverá ser apontado após a realização de perícia médica, constatando a extensão da lesão do autor, observando-se o método de cálculo apresentado.

DA IMPOSSIBILIDADE DA INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA

Não há que se falar em inversão do ônus da prova, vez que o seguro DPVAT não se trata de relação de consumo, e sim de uma obrigação legal.

Assim, não pode a parte autora ser confundida como consumidora, pois, não há qualquer relação de consumo entre as partes litigantes, o que gera a inaplicabilidade da inversão do ônus da prova, característica do Código de Defesa do Consumidor.

Neste sentido é o recente entendimento firmado pelos Tribunais pátrios⁴, ratificando o descabimento da inversão do ônus da prova com base na aplicação do Código de Defesa do Consumidor.

Sendo assim, por se tratar de prova essencial dos fatos constitutivos da pretensão autoral, deverá o ônus da prova ser custeado pela parte autora, como determina o art. 373, I do CPC.

DOS JUROS DE MORA E DA CORREÇÃO MONETÁRIA

Em relação aos juros de mora, o Colendo Superior Tribunal de justiça editou a Súmula nº 426 pacificando a incidência dos juros a partir da citação⁵.

³**Súmula 474 | Superior Tribunal de Justiça** “A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.”

⁴“PROCESSO CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. PRELIMINAR DE FALTA DE INTERESSE DE AGIR NÃO APRECIADA PELO JUÍZO A QUO. IMPOSSIBILIDADE DE APRECIÇÃO PELA INSTÂNCIA REVISORA. **INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA, COM BASE NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. INAPLICABILIDADE DO DIPLOMA LEGAL CONSUMERISTA ÀS RELAÇÕES DE SEGURO OBRIGATÓRIO.** Agravo de Instrumento interposto de decisão que em ação de cobrança do seguro obrigatório DPVAT deferiu a inversão do ônus da prova. 1. Preliminar de ausência de interesse de agir não enfrentada pelo juízo a quo impede o exame pela instância revisora, sob pena de supressão de instância. 2. **A contratação compulsória do seguro obrigatório DPVAT afasta a natureza consumerista da relação jurídica entre seguradora e segurado, e impossibilita a decretação da inversão do ônus da prova com base no artigo 6º, VIII, da Lei nº 8078/90.** 3. Recurso a que se dá provimento, com base no artigo 557 § 1º-A do Código de Processo Civil, para afastar a inversão do ônus da prova decorrente da aplicação do Código de Defesa do Consumidor.” (TJ-RJ - AI: 00612946320148190000 RJ 0061294-63.2014.8.19.0000, Relator: DES. FERNANDO FOCH DE LEMOS ARIGONY DA SILVA, Data de Julgamento: 12/01/2015, TERCEIRA CAMARA CIVEL, Data de Publicação: 16/01/2015).

⁵“SÚMULA N. 426: Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação.”

Com relação à correção monetária, é curial que seja analisada questão acerca a forma da Lei 6.899/1981, ou seja, a partir da propositura da ação⁶

Assim sendo, na remota hipótese de condenação, requer que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação, bem como a correção monetária seja computada a partir do ajuizamento da presente ação.

DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Observar-se que o parte autora litiga sob o pálio da Gratuidade de Justiça e, em caso de eventual condenação, os honorários advocatícios deverão ser limitados ao patamar **máximo** de 20% (vinte por cento), nos termos do art. 85, §2º do Código de Processo Civil.

Contudo, a demanda não apresentou nenhum grau de complexidade nem mesmo exigiu um grau de zelo demasiado pelo patrono da parte autora, pelo que se amolda nos termos dos incisos I, II, III e IV do §2º art. 85, do Código de Processo Civil.

Desta feita, na remota hipótese de condenação da Ré, requer que o pagamento dos honorários advocatícios seja arbitrado na monta de 10% (dez por cento), conforme supracitado.

CONCLUSÃO

Ante o exposto, reafirma o desinteresse na audiência de conciliação, conforme amplamente demonstrado no corpo da presente peça.

Em caso de eventual condenação, pugna a Ré, pela aplicação da tabela de quantificação da extensão da invalidez permanente, conforme preconiza a Sumula 474 do STJ.

Na remota hipótese de condenação, pugna-se para que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação válida, a correção monetária na forma da fundamentação da peça de bloqueio e honorários advocatícios sejam limitados ao percentual máximo de 10% (dez por cento).

Por se tratar de ônus da prova da parte autora, pugna-se pela realização da prova pericial pelo IML com o fito de auferir o nexo de causalidade entre a lesão da vítima e o suposto acidente automobilístico, bem como se há valor indenizável a ser pago. Caso Vossa Excelência assim não entenda, requer que os custos da realização da prova pericial sejam arcados pela parte autora ou pelo Estado, eis que imprescindível a produção da prova para o deslinde da demanda.

Requer, outrossim, a produção de prova documental suplementar e haja vista a necessidade de elucidar aspectos que contribuam com a veracidade dos fatos alegados na exordial requer o depoimento pessoal da vítima para que esclareça:

- Queira a vítima esclarecer a dinâmica do acidente, os veículos envolvidos e suas características, o membro ou segmento do corpo afetado e se houve encaminhamento ao hospital;
- Queira esclarecer se houve requerimento administrativo em razão do sinistro narrado na inicial ou outro sinistro;
- Se a vítima recebeu algum valor referente a este ou outro sinistro.

Para fins do exposto no artigo 106, inciso I, do Código de Processo Civil, requer que todas as intimações sejam encaminhadas ao escritório de seus patronos, sito na Rua São José, nº 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro-RJ,

⁶ art.

CEP: 20010-020 e que as publicações sejam realizadas, exclusivamente, em nome do patrono DIEGO PAULI, inscrito sob o nº 4550/AC, sob pena de nulidade das mesmas.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,
RIO BRANCO, 11 de janeiro de 2021.

JOÃO BARBOSA
OAB/AC 3988

DIEGO PAULI
4550 - OAB/AC

QUESITOS DA RÉ

1 - Queira o Sr. Perito informar se há nexo de causalidade entre o acidente narrado na petição inicial e a lesão apresentada pelo autor. Caso haja, informar se da referida lesão resultou invalidez permanente ou temporária;

2 - Queira o Sr. Perito informar se a invalidez permanente é notória ou de fácil constatação;

3 - Queira o Sr. Perito esclarecer quando a vítima teve ciência de sua incapacidade com base nos documentos médicos acostados aos autos;

4 - Queira o Sr. Perito informar se a vítima encontra-se em tratamento ou já se esgotaram todas as possibilidades existentes na tentativa de minimizar o dano;

5 - Queira o Sr. Perito informar se à época do acidente o membro afetado já contava com alguma sequela oriunda de circunstância anterior;

6 - Queira o Sr. Perito informar se a lesão apresenta caráter parcial ou total. Sendo a invalidez parcial incompleta, queira o Ilustre Perito informar o membro afetado e se a redução proporcional da indenização corresponde a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, 10% (dez por cento) para as de sequelas residuais, consoante o disposto no Art. 3º, inciso II, da Lei 6.194/74;

7 - Considerando que a tabela inserida à Lei 11.945/09 em três casos faz distinção quando a vítima é acometida por lesão em ambos os membros, seria possível o Sr. Perito indicar adequadamente a média da lesão sofrida nos termos da tabela? Em caso positivo qual seria a gradação (10%, 25%, 50%, 75% ou 100%)?

- Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores;
- Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés;
- Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior;

8 - Queira o Sr. Perito esclarecer todo e qualquer outro elemento necessário ao deslinde da causa.

Por fim com fulcro no artigo 5º, LV, da Constituição Federal, requer que após a produção da prova pericial, seja aberto prazo para as partes se manifestarem sobre o laudo, a fim de que não se cause na demanda o cerceamento de defesa, frente ao princípio constitucional do devido processo legal.

TABELA DE GRADAÇÃO

Danos Corporais Previstos na Lei	Total (100%)	Intensa (75%)	Média (50%)	Leve (25%)	Residual (10%)
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	R\$ 13.500,00	R\$ 10.125,00	R\$ 6.750,00	R\$ 3.375,00	R\$ 1.350,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior					
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral					
Lesões neurológicas que cursam com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica					
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	R\$ 9.450,00	R\$ 7.087,50	R\$ 4.725,00	R\$ 2.362,50	R\$ 945,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	R\$ 6.750,00	R\$ 5.062,50	R\$ 3.375,00	R\$ 1.687,50	R\$ 675,00
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho					
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	R\$ 3.375,00	R\$ 2.531,25	R\$ 1.687,50	R\$ 843,75	R\$ 337,50
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo					
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral					
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	R\$ 1.350,00	R\$ 1.012,50	R\$ 675,00	R\$ 337,50	R\$ 135,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé					
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço					

SUBSTABELECIMENTO

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/CE 27.954-A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado **DIEGO PAULI**, inscrito na OAB/AC sob o nº 4550, bem como, **LEILANE CLÉA CAMPOS DO NASCIMENTO ERICSON** inscrita sob nº 4139/AC, **CINTIA VIANA CALAZANS SALIM** inscrita sob nº 3554/AC, **GIOVAL LUIZ DE FARIAS JÚNIOR**, inscrito sob o nº OAB/AC 4608 e **MAYRA KELLY NAVARRO VILLASANTE** inscrita sob nº 3996/AC, os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A e SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **WILSON LIMA DA SILVA**, em curso perante a **1ª VARA CÍVEL** da comarca de **RIO BRANCO**, nos autos do Processo nº 07088283920208010001.

Rio de Janeiro, 11 de janeiro de 2021.



JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/AC 3988

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819

CARTA DE PREPOSTO

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresa seguradora com sede à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, inscrita no CNPJ sob nº 09.248.608/0001-04, pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, nomeia e constitui como PREPOSTOS(as) **Rafael Silva Nunes**, inscrita CPF sob nº 980.785.722-49, **Dauana de Freitas**, inscrita no CPF sob nº 555.216.222-65, **Thiago Maia Viana**, inscrito no CPF sob nº 015.840.422-41, **Gioval Luiz de Farias Júnior**, inscrito no CPF sob nº 947.976.092-49, **Tainan da Silva Mendes**, inscrita no CPF sob nº 017.895.762-37 e **Evandro Damaceno Stolaric**, inscrito no CPF sob nº 713.190.342-68, podendo os mesmos responderem nesta qualidade a todos os termos do Processo n. **07088283920208010001**, que tramita **1ª** VARA CÍVEL da comarca de **RIO BRANCO/AC**.

Rio de Janeiro, 11 de janeiro de 2021.



Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat S.A.

Rio de Janeiro, 24 de Novembro de 2020

Nº do Pedido do Seguro DPVAT: 3200415298 Vítima: Wilson Lima da Silva

Data do Acidente: 24/11/2017 Cobertura: INVALIDEZ

Assunto: NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS

Senhor(a), WILSON LIMA DA SILVA

O(s) documento(s) abaixo não permitiu(ram) o atendimento ao seu pedido do Seguro DPVAT:

Boletim de ocorrência	Apresentar o Registro de Ocorrência Policial, em cópia simples, pois o entregue não permite a leitura das informações.
-----------------------	--

O prazo de 30 (trinta) dias para análise do pedido foi interrompido e sua contagem será reiniciada assim que a seguradora receber a documentação complementar solicitada.

Os documentos pendentes podem ser recebidos através do site <https://documentospendentes.seguradoralider.com.br>

Caso a documentação não seja entregue em até 180 (cento e oitenta) dias, contados do recebimento desta carta, o pedido do Seguro DPVAT será cancelado.

Atenciosamente,
Seguradora Líder-DPVAT
Estamos aqui para Você



Rio de Janeiro, 27 de Novembro de 2020

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3200415298

Vítima: Wilson Lima da Silva

Data do Acidente: 24/11/2017

Cobertura: INVALIDEZ

Assunto: PEDIDO DO SEGURO DPVAT NEGADO

Senhor(a), WILSON LIMA DA SILVA

Após a análise dos documentos apresentados do pedido do Seguro DPVAT, a indenização foi negada, conforme esclarecemos:

Os documentos médicos apresentados não evidenciam a presença de sequelas permanentes, que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, não sendo caracterizada invalidez permanente coberta pelo Seguro DPVAT.

A documentação médica anexada, datada de 24/11/2017, emitida pelo Dr. LEONARDO CONTRERAS, CRM nº 584 - AC, da Instituição SECRETARIA DE SAÚDE - AC, evidencia recuperação completa após o dano pessoal sofrido no acidente de trânsito e não foi comprovada a existência de invalidez permanente.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você





PEDIDO DO SEGURO DPVAT

Insalidez Permanente ☐ Morte ☐ Invalidez Permanente ☒ Morte ☐

1 - Nome completo da vítima: Wagner da Silva

2 - Nº do contrato (nº PL): 123.121.003-83

3 - Nome completo do segurado: Wagner da Silva

4 - CPF do segurado: 123.121.003-83

5 - Nome completo do beneficiário: Wagner da Silva

6 - CPF do beneficiário: 123.121.003-83

7 - Endereço: Rua Padre Eustáquio, 405, Conj. Rua Lúcia

8 - Cidade: Recife

9 - Estado: PE

10 - CEP: 50000-000

11 - Data de nascimento: 12/12/1980

12 - Data de morte: 12/12/2020

13 - Data de início da invalidez: 12/12/2020

14 - Data de início da morte: 12/12/2020

15 - Data de início da invalidez: 12/12/2020

16 - Data de início da morte: 12/12/2020

17 - Nome completo do Representante Legal: Wagner da Silva

18 - CPF do Representante Legal: 123.121.003-83

19 - Profissão do Representante Legal: Advogado

20 - Endereço: Rua Padre Eustáquio, 405, Conj. Rua Lúcia

21 - Cidade: Recife

22 - Estado: PE

23 - CEP: 50000-000

24 - Data de nascimento: 12/12/1980

25 - Data de morte: 12/12/2020

26 - Data de início da invalidez: 12/12/2020

27 - Data de início da morte: 12/12/2020

28 - Data de início da invalidez: 12/12/2020

29 - Data de início da morte: 12/12/2020

30 - Data de início da invalidez: 12/12/2020

31 - Data de início da morte: 12/12/2020

32 - Data de início da invalidez: 12/12/2020

33 - Data de início da morte: 12/12/2020

34 - Data de início da invalidez: 12/12/2020

35 - Data de início da morte: 12/12/2020

36 - Data de início da invalidez: 12/12/2020

37 - Data de início da morte: 12/12/2020

38 - Data de início da invalidez: 12/12/2020

39 - Data de início da morte: 12/12/2020

40 - Data de início da invalidez: 12/12/2020

41 - Data de início da morte: 12/12/2020

42 - Data de início da invalidez: 12/12/2020

43 - Data de início da morte: 12/12/2020

44 - Data de início da invalidez: 12/12/2020

INVALIDEZ PERMANENTE

MORTE

NÃO ALFABETIZADO

Declaro, sob as penas da lei, que estou impossibilitado de apresentar a laudo do Médico Legista (IML) para fins de requerimento de Invalidez Permanente ou Morte.

O Segurado DPVAT por Invalidez Permanente, uma vez que (testemunhar uma das opções):

☐ Não há IML que atenda a região do acidente ou da minha residência; ou

☐ O IML que atende a região do acidente ou da minha residência realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do pedido.

☐ O IML que atende a região do acidente ou da minha residência realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do pedido.

Pelo motivo acima, solicito o prosseguimento da análise do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT por invalidez permanente, com base na documentação apresentada, concordando, desde já, em me submeter à avaliação médica realizada pelo IML da Seguradora Líder para verificação da existência e quantificação das lesões permanentes decorrentes de acidente de trânsito, conforme Lei 6.194/74, art. 39, §1º, declarando que esta autorização não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de contestar a laudo do Médico Legista (IML) para fins de requerimento de Invalidez Permanente ou Morte.

DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML - PREENCHIMENTO SOMENTE PARA COBERTURA DE INVALIDEZ PERMANENTE

DECLARAÇÃO DE ÚNICOS BENEFICIÁRIOS - PREENCHIMENTO SOMENTE PARA COBERTURA DE MORTE

23 - Estado civil da vítima: ☐ Solteiro ☐ Casado (ou Civil) ☐ Divorçado ☐ Separado judicialmente ☐ Viúvo

24 - Data do óbito da vítima: 12/12/2020

25 - Grau de Parentesco com a vítima: ☐ Solteiro ☐ Casado (ou Civil) ☐ Divorçado ☐ Separado judicialmente ☐ Viúvo

26 - Vítima deixou companheiro(a): ☐ Sim ☐ Não

27 - Se a vítima deixou companheiro(a), informar o nome completo: Wagner da Silva

28 - Vítima: ☐ Sim ☐ Não

29 - Se tinha filhos, informar: ☐ Sim ☐ Não

30 - Vítima deixou descendentes: ☐ Sim ☐ Não

31 - Vítima: ☐ Sim ☐ Não

32 - Se tinha irmãos, informar: ☐ Sim ☐ Não

33 - Vítima deixou pais/avós: ☐ Sim ☐ Não

34 - Vítima: ☐ Sim ☐ Não

35 - Nome legível de quem assina a região/a pedido: Wagner da Silva

36 - CPF legível de quem assina a região/a pedido: 123.121.003-83

37 - (*) Assinatura de quem assina a região/a pedido: Wagner da Silva

40 - Local e Data: Recife, 18/11/2020

34 - Imprescindível assinar a última ou beneficiário não alfabetizado

35 - Nome legível de quem assina a região/a pedido

36 - CPF legível de quem assina a região/a pedido

37 - (*) Assinatura de quem assina a região/a pedido

38 - 1ª | Nome: Wagner da Silva

CPF: 123.121.003-83

39 - 2ª | Nome: Wagner da Silva

CPF: 123.121.003-83

Assinatura da testemunha

Assinatura da testemunha

[illegible]

Wilson
Lima
D.F.U.T

GOVERNO DO ESTADO DO ACRÉ
POLÍCIA CIVIL
DELEGACIA DE POLÍCIA DA 4ª REGIONAL - RIO BRANCO - AC

Nº: 0430043/2019

BOLETIM DE OCORRÊNCIA

DADOS DO REGISTRO

Data Hora Início do Registro: 16/12/2018 11:55
Data Hora Fim: 18/12/2019 17:20
Origen: Polícia Judiciária
Especialidade: Polícia de Trânsito - Local: Estação Ferroviária

DADOS DA OCORRÊNCIA

Alerta: Delegacia de Polícia da 4ª Regional
Data Hora do Fato: 24/11/2017 17:30
Local do Fato:
Município: Rio Branco (AC)
Logradouro: Rua 116 de Amapá Ms.

Bairro: Jardim Da Nam

Tipo de Local: Via Pública

Modelo: Emuregataóla

Não Houve

Natureza:
1223: LESÃO CORPORAL CULPOSA NA DIREÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR (ART. 303 CAPUT DA LEI DOS CRIMES DE TRÂNSITO - CTB)

ENVOLVIDO(S)

Nome Civil: WILSON LIMA DA SILVA (VÍTIMA, CONCURSAMTE)
Naturalidade: PA - Santarém
Sexo: Masculino
Nasc: 17/07/1959

Nacionalidade: Brasileira

Profissão: Comerciante

Estado Civil: Casado(a)

Nome da Mãe: Isaura Lima da Silva

Nome do Pai: Oscar Alves da Silva

Endereço:

Rua: 100 - Rio Branco - AC

Complemento: RUA 100

Bairro: Tucuruá

Telefone: (68) 30954-3202 (Celular)

Nº: 40

BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº 04504/2019

Dados para Incluir no Registro: 16/12/2019 11:58
 De ofício a Pol. 16/12/2019 11:58
 Ocorrência em: Município de Nio Branco - AC

DADOS DA OCORRÊNCIA

Município: Delegacia de Polícia da 4ª Regional
 Data/hora do fato: 16/12/2019 11:58
 Local do fato: Município de Nio Branco (AC)
 Legitimidade: Pol. 16/12/2019 11:58

Assinatura: Carlos Flávio Portela Richard

Tipo do Caso: Viol. Pública

Relato:

Relato(s) Empunha(s):

1234 - LESÃO CORPORAL CULPOSA NA DIREÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR (ART. 300 CAPUT DA LEI DOS CRIMES DE TRÂNSITO - LCTB)

ENVOLVIDOS

Nome Civil: WILSON LIMA DA SILVA (VITIMA - COMUNICANTE)
 Nacionalidade: Brasileira
 Profissão: Comerciante
 Estado Civil: Casado(a)
 Nome do Mãe: Isaura Lima da Silva
 Endereços:
 Endereço: Rua da Paz, 100 - Centro - Nio Branco - AC
 Bairro: Centro
 Telefone: (68) 35954-3252 (Celular)

Nome Civil: DESCONHECIDO 1 (SUPOSTO AUTOR/INFRATOR)

Nacionalidade: Brasileira

Endereço:
 Município: Nio Branco - AC

OBJETO(S) ENVOLVIDO(S)

Grupo: Veículo
 Descrição: AMAROK
 Veículo Adulterado? Não
 Situação: Envolvido
 Subgrupo: Assistência Jurídica/Campanha/Caravana
 Cor: CINZA
 Quantidade: 1 Unidade

Nome Envolvido:
 Situação: Envolvido
 Subgrupo: Assistência Jurídica/Campanha/Caravana
 Cor: CINZA
 Quantidade: 1 Unidade

Grupo: Veículo
 CPF/CNPJ do Proprietário: 579.022.672-87

Delegado de Polícia Civil: Carlos Flávio Portela Richard
 Ingresso por: João Marcelo dos Santos
 Data de Ingresso: 16/12/2019 11:58
 Preenchido por: Nio Branco - AC

Carlos Flávio Portela Richard
 Delegado de Polícia Civil

Wilson Lima da Silva

GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
POLÍCIA CIVIL
DELEGACIA DE POLÍCIA DA 4ª REGIONAL - RIO BRANCO - AC

BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº 046041/2019

Renavam 01035892615
Número do Chassi: 95VC06JZF0001762
Cor: PRETA
Ano/Modelo/Veículo: Rio Branco
Endereço: DAFRAIRUA 150
Quantidade: 1 Unidade
Última Atualização Denatran: 18/06/09
Nome Envolvido
Wilson Lima da Silva

Número do Motor: C1UEM02353
Ano/Modelo/Fabricação: 2015/2014
UF/Veículo: AC/2
Marca/Modelo: DAFRAIRUA 150
Veículo Autulizado? Não
Situação Envolvido
Situação do Veículo: REST.BEN.TREUTARIO

Envolvimentos:
Possuidor

RELATO/HISTÓRICO

O denunciante veio registrar que o nativa pilotado sua motocicleta próximo ao Arquivo Mix quando o condutor de uma motocicleta Anúbis entrou em sua frente fazendo o motociclista desestabilizar e cair, depois disso com a queda a roda da Anúbis quebrou a clavícula e foi encaminhado ao Pronto Socorro do Rio Branco. Segundo o denunciante não foi feito BAF. Obs: A motocicleta que o motociclista pilotava é de propriedade de: MARIA NILVA SOUZA SILVA (Esposa do denunciante)

ASSINATURAS

Wilson Lima da Silva
(Comunicante / Vítima)

Wilson Lima da Silva

Responsável pelo Atendimento

Wilson Lima da Silva
(Comunicante / Vítima)

Carlos Flavio Portela Richard

Carlos Flavio Portela Richard

GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
POLÍCIA CIVIL
DELEGACIA DE POLÍCIA DA 4ª REGIONAL - RIO BRANCO - AC

BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº 043041/2019

DADOS DO REGISTRO
Qualificação do Policial: 16/12/2018 11:55
Data e Hora do Registro: 24/11/2017 17:20
Local do Fato: Município: Rio Branco (AC)
Logradouro: Prédio da Polícia

DADOS DA OCORRÊNCIA

Ativo: Delegacia de Polícia da 4ª Regional
Data e Hora do Fato: 24/11/2017 17:20

Local do Fato:
Município: Rio Branco (AC)
Logradouro: Prédio da Polícia

Assunto: Jardim Da Am

Nome do Local: Via Pública

Situação: Emergência

Natureza:
1233 - LESÃO CORPORAL CULPOSA NA DIREÇÃO DE VEÍCULO
AUTOMOTOR (ART. 303 DO CPD) DA LEI DOS CRIMES DE TRÂNSITO - (CTB)

ENVOLVIDO(S)

Nome Civil: WILSON LIMA DA SILVA (VITIMA - COMPLICANTE)
Naturalidade: PA - Santarém
Estado Civil: Casado

Nacionalidade: Brasileira
Profissão: Comerciante
Nome do Mãe: Isaura Lima da Silva

Nome do Pai: Oscar Alves da Silva

Endereço:
Rua: 90 - Na Unip - 12

Cidade: Rio Branco

UF: AC

Telefone: (68) 3254-2222 (Celular)

OBJETO(S) ENVOLVIDO(S)

Nome Civil: DESCONHECIDO 1 (SUPOSTO AUTOR/IMPULSOR)

Nacionalidade: Brasileira

Endereço:
Rua: 90 - Na Unip - 12

OBJETO(S) ENVOLVIDO(S)

Grupo: Veículo

Descrição: AMAROK

Veículo Adulterado? Não

Situação: Em trânsito

Marca: Volkswagen

Modelo: Amarok

Ano: 2011

Cor: Cinza

Quantidade: 1 Unidade

CPF/CNPJ do Proprietário: 579.022.672-87

Grupo: Veículo

Descrição: AMAROK

Veículo Adulterado? Não

Situação: Em trânsito

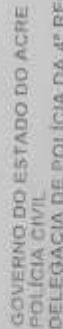
Marca: Volkswagen

Modelo: Amarok

Ano: 2011

Cor: Cinza

Quantidade: 1 Unidade



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
POLÍCIA CIVIL
DELEGACIA DE POLÍCIA DA 4ª REGIONAL - RIO BRANCO - AC

BOLETIM DE OCORRÊNCIA

P-048041/2010

Renovar: 01035890815	Número do Motor: C1JEM02053
Número do Chassi: 96VCD6JDE/M001702	Ano/Modelo Fabricação: 2015/2014
Cod. POETA	UF Veículo: Acre
Município: Várzea, Rio Real/PA	Marca/Modelo: DAFRA-RIVA 150
Modelo: DAFRA-RIVA 150	Veículo Adaptado?: Não
Quantidade: 1 Unidade	Situação: Em uso
Última Atualização Denúncia: 14/10/2019	Situação do Veículo: REST. BENTRILUTARIO
Nome Envolvido:	Envolvidos:
Wladimir da Silva	Posseuidor:

RELATÓRIO HISTÓRICO

Q: Como estava sendo registrado que o selvino passado sua infância próximo ao Arroyo Ma, quando se convenceu de uma transformação? Aníbal entrou em um fronto levando o selvino desqualificar e calmo depois disso com a queda e o selvino acabou no P. ceto Secreto de Rio Branco. Segundo o noticiário não foi selvino BAT. A infância que o selvino passou é de propriedade de MARIA NILVA SOUZA SILVA (esposa do selvino).

ASSINATURAS

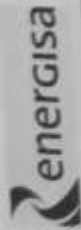
[Signature]

Teamwork, both in the Administration and

1992, 1993, 1994, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024, 2025, 2026, 2027, 2028, 2029, 2030, 2031, 2032, 2033, 2034, 2035, 2036, 2037, 2038, 2039, 2040, 2041, 2042, 2043, 2044, 2045, 2046, 2047, 2048, 2049, 2050, 2051, 2052, 2053, 2054, 2055, 2056, 2057, 2058, 2059, 2060, 2061, 2062, 2063, 2064, 2065, 2066, 2067, 2068, 2069, 2070, 2071, 2072, 2073, 2074, 2075, 2076, 2077, 2078, 2079, 2080, 2081, 2082, 2083, 2084, 2085, 2086, 2087, 2088, 2089, 2090, 2091, 2092, 2093, 2094, 2095, 2096, 2097, 2098, 2099, 2100, 2101, 2102, 2103, 2104, 2105, 2106, 2107, 2108, 2109, 2110, 2111, 2112, 2113, 2114, 2115, 2116, 2117, 2118, 2119, 2120, 2121, 2122, 2123, 2124, 2125, 2126, 2127, 2128, 2129, 2130, 2131, 2132, 2133, 2134, 2135, 2136, 2137, 2138, 2139, 2140, 2141, 2142, 2143, 2144, 2145, 2146, 2147, 2148, 2149, 2150, 2151, 2152, 2153, 2154, 2155, 2156, 2157, 2158, 2159, 2160, 2161, 2162, 2163, 2164, 2165, 2166, 2167, 2168, 2169, 2170, 2171, 2172, 2173, 2174, 2175, 2176, 2177, 2178, 2179, 2180, 2181, 2182, 2183, 2184, 2185, 2186, 2187, 2188, 2189, 2190, 2191, 2192, 2193, 2194, 2195, 2196, 2197, 2198, 2199, 2200, 2201, 2202, 2203, 2204, 2205, 2206, 2207, 2208, 2209, 2210, 2211, 2212, 2213, 2214, 2215, 2216, 2217, 2218, 2219, 2220, 2221, 2222, 2223, 2224, 2225, 2226, 2227, 2228, 2229, 2230, 2231, 2232, 2233, 2234, 2235, 2236, 2237, 2238, 2239, 2240, 2241, 2242, 2243, 2244, 2245, 2246, 2247, 2248, 2249, 2250, 2251, 2252, 2253, 2254, 2255, 2256, 2257, 2258, 2259, 2260, 2261, 2262, 2263, 2264, 2265, 2266, 2267, 2268, 2269, 2270, 2271, 2272, 2273, 2274, 2275, 2276, 2277, 2278, 2279, 2280, 2281, 2282, 2283, 2284, 2285, 2286, 2287, 2288, 2289, 2290, 2291, 2292, 2293, 2294, 2295, 2296, 2297, 2298, 2299, 2300, 2301, 2302, 2303, 2304, 2305, 2306, 2307, 2308, 2309, 2310, 2311, 2312, 2313, 2314, 2315, 2316, 2317, 2318, 2319, 2320, 2321, 2322, 2323, 2324, 2325, 2326, 2327, 2328, 2329, 2330, 2331, 2332, 2333, 2334, 2335, 2336, 2337, 2338, 2339, 2340, 2341, 2342, 2343, 2344, 2345, 2346, 2347, 2348, 2349, 2350, 2351, 2352, 2353, 2354, 2355, 2356, 2357, 2358, 2359, 2360, 2361, 2362, 2363, 2364, 2365, 2366, 2367, 2368, 2369, 2370, 2371, 2372, 2373, 2374, 2375, 2376, 2377, 2378, 2379, 2380, 2381, 2382, 2383, 2384, 2385, 2386, 2387, 2388, 2389, 2390, 2391, 2392, 2393, 2394, 2395, 2396, 2397, 2398, 2399, 2400, 2401, 2402, 2403, 2404, 2405, 2406, 2407, 2408, 2409, 2410, 2411, 2412, 2413, 2414, 2415, 2416, 2417, 2418, 2419, 2420, 2421, 2422, 2423, 2424, 2425, 2426, 2427, 2428, 2429, 2430, 2431, 2432, 2433, 2434, 2435, 2436, 2437, 2438, 2439, 2440, 2441, 2442, 2443, 2444, 2445, 2446, 2447, 2448, 2449, 2450, 2451, 2452, 2453, 2454, 2455, 2456, 2457, 2458, 2459, 2460, 2461, 2462, 2463, 2464, 2465, 2466, 2467, 2468, 2469, 2470, 2471, 2472, 2473, 2474, 2475, 2476, 2477, 2478, 2479, 2480, 2481, 2482, 2483, 2484, 2485, 2486, 2487, 2488, 2489, 2490, 2491, 2492, 2493, 2494, 2495, 2496, 2497, 2498, 2499, 2500, 2501, 2502, 2503, 2504, 2505, 2506, 2507, 2508, 2509, 2510, 2511, 2512, 2513, 2514, 2515, 2516, 2517, 2518, 2519, 2520, 2521, 2522, 2523, 2524, 2525, 2526, 2527, 2528, 2529, 2530, 2531, 2532, 2533, 2534, 2535, 2536, 2537, 2538, 2539, 2540, 2541, 2542, 2543, 2544, 2545, 2546, 2547, 2548, 2549, 2550, 2551, 2552, 2553, 2554, 2555, 2556, 2557, 2558, 2559, 2560, 2561, 2562, 2563, 2564, 2565, 2566, 2567, 2568, 2569, 2570, 2571, 2572, 2573, 2574, 2575, 2576, 2577, 2578, 2579, 2580, 2581, 2582, 2583, 2584, 2585, 2586, 2587, 2588, 2589, 2590, 2591, 2592, 2593, 2594, 2595, 2596, 2597, 2598, 2599, 2600, 2601, 2602, 2603, 2604, 2605, 2606, 2607, 2608, 2609, 2610, 2611, 2612, 2613, 2614, 2615, 2616, 2617, 2618, 2619, 2620, 2621, 2622, 2623, 2624, 2625, 2626, 2627, 2628, 2629, 2630, 2631, 2632, 2633, 2634, 2635, 2636, 2637, 2638, 2639, 2640, 2641, 2642, 2643, 2644, 2645, 2646, 2647, 2648, 2649, 2650, 2651, 2652, 2653, 2654, 2655, 2656, 2657, 2658, 2659, 2660, 2661, 2662, 2663, 2664, 2665, 2666, 2667, 2668, 2669, 2670, 2671, 2672, 2673, 26

Wilson Lima da Silva
(Comunicante / Votante)

Carlos Flavio Portela Richard
Delegado de Policia Civil



ENERGISA ACRE - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
RUA VALERIO MAGALHAES, 226 - BOSQUE - RIO BRANCO-AC
CNPJ: 04.065.033/0001-70 IE: 0100414100146

CÓDIGO DE BARRAS PARA PAGAMENTO

Emitido conforme Parágrafo Único do Art. 123 da Resolução ANEEL 414/2010

MARIA NILVA SOUZA SILVA
R. PADRE PAULINO, 405
CONJ. RUI LINO
RIO BRANCO

69919-830
N.F.: 9922322

AC

Unidade Consumidora	Mês Faturado - FD	Vencimento
2017369	11/2020-00	13/12/2020
		Valor a Pagar
		R\$ 547,10

Após o vencimento será cobrado multa de 2%, juros de 0,0333% por dia, correção pelo IGP-M, podendo ainda ter o fornecimento suspenso, após 15 dias do reativo e inclusão na SERASA.

Ligue ENERGISA: 0800 647 7196

www.energisa.com.br

autenticação mecânica

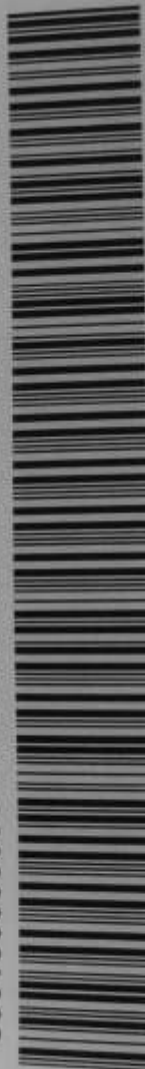
copie aqui



ENERGISA ACRE - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
RUA VALERIO MAGALHAES, 226 - BOSQUE - RIO BRANCO-AC
CNPJ: 04.065.033/0001-70 IE: 0100414100146

Unidade Consumidora	Mês Faturado - FD	Vencimento	Valor a Pagar
2017369	11/2020-00	13/12/2020	547,10

836100000055 471000450000 000000002014 736911200052



New Acme? A



Governo do Estado do Acre

Unidade: P 5 1159 PM

ENCAMINHAMENTO DE PACIENTES

No. 93

Para: Hospital On chairs, outpatient

Nome do paciente w_i | y_i ou Linha P_t | u_i

Hipótese diagnóstica: $F_{AP} T_{AP} C_{AP} (F)$

ANOTAÇÕES DE INTERESSE PARA O CASO:

Repro Ambulancia para de outopeda
D-1 Rubi (cont ar) Pa 03 (cont ar)

Dr. Leonardo Contreiras
Univ. Estadual Paulista
CNPq 584 AC

ASSINATURA

DATA: 24-11-77

Wilson
Lima
OBT



RECEITUÁRIO MÉDICO

Paciente

Wilson Lima de Silva

1) Coliteira de 500mg

Com 12-34

Tomar 1 Com 16/6hs

2)

Dipirona Com 424

Tomar 1 Com 16/6hs

3)

Dipirona Com 424

Tomar 1 Com 18/18hs

DATA 24-11-17

CARIMBO	ASSINATURA

Retorno em: 30 dias/CID: 13.0.0.0

Observações: Wilson Lima da Silva

MS / DATASUS

FUNDHACRE

* CARTAO DE INSCRICAO *

Paciente N. 00362226

WILSON LIMA DA SILVA

ANT. NUM 00 Data de Nascimento 17/07/1959

Prontuario arquivado no EAS: 02402

Cadastrado em 28/08/2014

Por : PAULO

Retorno dia 05/02/2014

Med. Jose Leonel Cam. às 7

Atendente Heber

SIGAE 13.0.0.0

MS / DATASUS
FUNDHACRE

* CARTAO DE INSCRICAO *

Paciente N. 00362226

WILSON LIMA DA SILVA

ANT. NUM 00 Data de Nascimento 17/07/1959

Prontuario arquivado no EAS: 02402

Cadastrado em 28/08/2014

Por : PAULO

Retorno dia 05/02/2014

Med. Jose Leonel Cam. às 7

Atendente Heber



SISTEMA
FUNDHACRE

FUNDAÇÃO HOSPITAL ESTADUAL DO ACRE

02/10/2018

RETORNO AMPLIATORIAL

Médico

D-1 Rde Conde-1

Paciente

Wilson Pereira de Silva

Retorno em: 30 Dias/CID:

Observações

OK

Dr. Leonardo Contreras Z
Médico Ortopedia Traumatologia
CRM 584 - AC

DATA

08-04-18



SOLICITAÇÃO D

Cartão Nacional de Saúde - CNS

Sr. WILSON LIMA DA SILVA,

Parabéns! Seus dados já constam no Sistema Único de Saúde - SUS.

Informe, seu número de CNS quando usar a rede do Sistema Único de Saúde - SUS.

Recorte o Cartão abaixo e use-o normalmente. Ele vale em todo o território nacional.

8



fronte



verso



HOSPITAL
DAS CLÍNICAS

SISTEMA DE INFORMAÇÕES SAUSUB - CNPJ: 03.802.940/0001-70

SOLICITAÇÃO DE EXAMES - S.A.D.T.

- ☐ H. FUNDHACRE
☐ H. DO IDOSO
☐ POLIC. TUCUMÃ
☐ H. DA CRIANÇA

- ☐ C.J. DA MULHER
☐ H. M. H. MONTE
☐ CACON

MATRICULA

Data Nasc:

Nome:

Sexo:

Idade:

Matrícula

☐ Ambulatório

☐ Centro Cirúrgico

☐ U.T.I.

☐ URGENTE

Clinica

Enfermagem/Centro

O material só será colhido ou aceito se o formulário estiver preenchido por completo e com letra legível

SUSPEITA CLÍNICA

Data dos primeiros sintomas

EXAMES SOLICITADOS

1

2

3

4

Material

Material

Material

Material

Material Enviado

Clínica

Data 08/04/14

CRM

Assinatura do Médico

ORIENTAÇÕES AO PACIENTE

SR. PACIENTE A ROTINA DA COLETA FUNCIONARÁ DAS 7:00 ÀS 9:00 HORAS

DFE 2º A 6ª FEIRA NO HOSPITAL FUNDHACRE

DIREJA-SE A RECEPÇÃO DO LABORATÓRIO PARA MARCAÇÃO DE EXAMES ESPECIAIS OU PARA OBTEN

OUTRAS INFORMAÇÕES

RETIRAR FRACOS PARA URINA E FEZES DAS 09:00 ÀS 17:00 HORAS

ORIENTAÇÕES PARA COLETA DE EXAMES DE LABORATÓRIO

☐ JEJUM

Estar em jejum significa não ingerir nenhum alimento tanto líquido como sólido, no período 12:00 ou 14 horas dependendo do tipo de exame, antes da coleta do material para realização do mesmo. Isto é necessário quando vai coletar sangue para alguns tipos de exames: glicose, uréia, creatinina, sódio, potássio etc.) o jejum é importante para que os resultados de seus exames de sangue saiam corretos. Atenção MESMO EM JEJUM NÃO DEIXE

1423435503



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME
WILSON LIMA DA SILVA

DOC. IDENTIDADE / ONG. EMISSOR / UF
0317972 SSP AC

CPF
123.121.002-82

DATA NASCIMENTO
17/07/1959

FILIAÇÃO
OSCAR ALVES DA SILVA

ISAURA LIMA DA SILVA



Nº REGISTRO
00743270849

VALIDADE
17/07/2020

1ª HABILITAÇÃO
13/03/1987

VALIDA EM TODO
O TERRITÓRIO NACIONAL
1423435503

OBSERVAÇÕES



Wilson Lima da Silva

ASSINATURA DO PORTADOR

MUNICÍPIO

RIO BRANCO, AC

DATA EMISSÃO

01/06/2017

ROBIDO PLASTIFICAR
423435503

Paulo Branco
Pedro Luis Louco
Diretor Geral
Carteira / AC

ASSINATURA DO EMISSOR

03186209404
AC407530584

ACRE



ESTADO DO ACRE
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO ACRE
DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL DA 1ª REGIONAL - 1ª DPCL
ENDEREÇO: GIBTE Nº 542, TUCUMÁ - CEP 69.919-673 - RIO BRANCO - AC
E-MAIL: dtpcl1@sepe@pea.acre.gov.br

REQUISICÃO DE EXAME DE CORPO DE DELITO - DPVAT - LEI Nº 6.194/74

Guia nº 446

Rio Branco-AC - 18.12.19

Senhor Diretor

Requisito a Vossa Senhoria, para fins de resguardar direitos do Estado, que seja examinada a pessoa a seguir qualificadas, seguindo os quesitos abaixo apontados, são eles:

Nome: Wilson Lima da Silva
RG: 0317872 Data de Nascimento: _____
CPF: 123.121.002-82
Filiação: Leandro Lima da Silva e Maria Alencar da Silva
Endereço: Rua N.º 48 - Tucumã

Quesitos:

- 1º. Se há ofensa à integridade física ou à saúde do paciente?
- 2º. Em que consiste? Descrever.
- 3º. Do evento resultou invalidez permanente?
- 3.1. Total ou Parcial?
- 3.1.1. Se parcial, é completa ou incompleta?
- 4º. Qual nível de perda anatômica ou funcional, em percentual, considerando-se os níveis de na tabela constante da Lei nº. 6.194/74?

Carlos Flávio Gomes Portela Richard

[illegible]

Wilson
Lima
Net

Yanina

AUTORIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS AMBULATORIAIS

ANEXO II - Formulário de Autorização

Código de Solicitação: 32844

UNIDADE SOLICITANTE

Nome: UNIPAR, ENTAL DE RESSUSCITAÇÃO

UNIDADE EXECUTANTE

Nome: UNIPAR, ENTAL DE RESSUSCITAÇÃO
CNPJ: 07.011.530/0001-00
Endereço: Rua 204, km 2
Telefone: (30) 3226-4582
Profissional Executor: MARCOS PAULO PARENTE ALBUQUERQUE

DADOS DO PACIENTE

CNS: 702.001.200.210

Nome da Mãe: LIZABETH LIMA DA SILVA

Tipo Sanguíneo: ---

Nacionalidade: BRASILEIRA

Tipo de Logradouro: RUA

Bairro: DISTRITO INDUSTRIAL

Telefone(s): ---

Nome: WILSON LIMA DA SILVA

Sexo: MASCULINO

Raça: AMARELA

Naturalidade: SANTARÉM - PA

Nome do Logradouro: W

Município de Residência: RIO BRANCO - AC

Nome Social / Apelido: ---

Data Nascimento: 17/07/1959

Idade: 58 ANOS

Complemento: C/ TUCUMA

Número: 264

CEP: 69917-400

DADOS DA SOLICITAÇÃO

Código da Solicitação: 226354029

CPF Profissional Solicitante: ---

Profissional Solicitante: LEONARDO CONTREIRAS

Diagnóstico Inicial: OUTROS SINTOMAS E SINAIS GERAIS

Procedimentos Autorizados: DIAGRAFIA DE CLAVICULA - COM LAUDO

DIAGRAFIA DE TORAX (PA E PERFIL) - COM LAUDO

Data de Solicitação: 10/01/2018

Data de Aprovação: 10/01/2018

Vaga Solicitada: 1ª Vez

Vaga Consumida: Reserva Técnica

CID: R68

Cod. Unificado: 0204040060

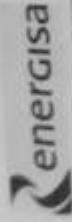
Cod. Interno: 0304030153

Classificação de Risco: AZUL - ATENDIMENTO

Cod. Interno: 1332012

Cod. Interno: 1332056

Data da Extração dos Dados: 10/01/2018 12:02:53



ENERGISA ACRE - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
RUA VALERIO MAGALHAES, 226 - BOSQUE - RIO BRANCO-AC
CNPJ: 04.065.033/0001-70 IE: 0100414100146

CÓDIGO DE BARRAS PARA PAGAMENTO

Emite o conforme Parágrafo Único do Art. 123 da Resolução ANEEL 414/2010

MARIA NILVA SOUZA SILVA
R. PADRE PAULINO, 405
CONJ. RUI LINO
RIO BRANCO

89919-830
N.F.:9922322

AC

Unidade Consumidora 2017369	Mês Faturado - FD 11/2020-00	Vencimento 13/12/2020
		Valor a Pagar R\$ 547,10

Após o vencimento será cobrado multa de 2%, juros de 0,0333% por dia, correção pelo IGP-M podendo ainda ter o fornecimento suspenso, após 15 dias do reaviso e inclusão na SERASA.

Ligue ENERGISA: 0800 647 7196
www.energisa.com.br
autenticação mecânica

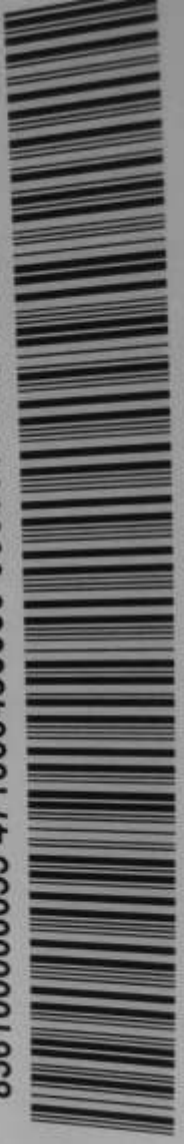
copie aqui



ENERGISA ACRE - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
RUA VALERIO MAGALHAES, 226 - BOSQUE - RIO BRANCO-AC
CNPJ: 04.065.033/0001-70 IE: 0100414100146

Unidade Consumidora 2017369	Mês Faturado - FD 11/2020-00	Vencimento 13/12/2020	Valor a Pagar 547,10

836100000055 471000450000 000000002014 736911200052



RECIBO DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS



IDENTIFICAÇÃO DO SINISTRO

ASL-0329736/20

Número do Sinistro: 3200415298

Vítima: Wilson Lima da Silva

Data do acidente: 24/11/2017

CPF: 123.121.002-82

CPF de: Próprio

Titular do CPF: Wilson Lima da Silva

Seguradora: UNIÃO SEGURADORA S/A - VIDA E PREVIDÊNCIA

DOCUMENTOS APRESENTADOS

Sinistro

Boletim de ocorrência

ATENÇÃO

O prazo para o pagamento da indenização é de 30 dias, contados a partir da apresentação da documentação completa. Para informações sobre o Seguro DPVAT e consulta do andamento de processos de indenização, acesse www.dpvatseguro.com.br ou ligue para Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8H às 20H: 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato, 24H por dia, com o SAC: 0800 022 8189.

A indenização por invalidez permanente é de até R\$ 13.500,00. Esse valor varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 6194/74.

A responsabilidade pela guarda dos documentos originais é do interessado/vítima.

PARECER DE ANÁLISE MÉDICA



DADOS DO SINISTRO

Número: 3200415298 **Cidade:** Rio Branco **Natureza:** Invalidez Permanente
Vítima: Wilson Lima da Silva **Data do acidente:** 24/11/2017 **Seguradora:** UNIÃO SEGURADORA S/A - VIDA E PREVIDÊNCIA

PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA

Data da análise: 27/11/2020

Valoração do IML: 0

Perícia médica: Não

Diagnóstico: FRATURA DE CLAVÍCULA ESQUERDA.

Resultados terapêuticos: TRATAMENTO CONSERVADOR. ALTA MÉDICA. PÁG 1

Sequelas permanentes:

Sequelas: Sem sequela

Documento/Motivo: Recusa – Sem Sequelas (Recuperação Completa)

Nome do documento faltante:

Apontamento do Laudo do IML:

Conduta mantida:

Quantificação das sequelas:

Documentos complementares:

Observações:

Este parecer substitui os demais pareceres anteriores a esta data.

DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
		Total	0 %	R\$ 0,00